

A ECONOMIA BAIANA: OS CONDICIONANTES DA DEPENDÊNCIA

NOELIO DANTASLÉ SPINOLA¹

A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra caminham para uma comunidade única, para 'Um Mundo Só'. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. O 'Mundo Só' não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos.

Ignácio Rangel

Resumo

Um conjunto de informações resultantes de pesquisa sobre a economia baiana no século XX, cujos resultados deverão ser divulgados em 2007, conduz à conclusão de que fatores históricos condicionam, a partir do século XIX, o desenvolvimento da Bahia, aqui entendido como um estágio de maior equilíbrio na distribuição da renda e de minimização dos desníveis sociais. Dessa conclusão, desenvolve-se a tese de que os condicionantes da pobreza que aflige a maior parte da população baiana e os desequilíbrios regionais de produto e renda são uma decorrência do processo de acumulação capitalista e das formas assumidas pela divisão internacional do trabalho constituindo um elemento essencial para o progresso de outras regiões como, no caso a região Sudeste do Brasil. Assim sendo, não interessa às classes dominantes a modificação desse estado de coisas, por contrariar a própria lógica do processo de acumulação capitalista e os princípios que regem um mundo dominado pela globalização segundo uma ética econômica neoliberal.

Palavras-chave: Bahia. Desenvolvimento baiano. Desenvolvimento regional. História econômica da Bahia. Economia regional.

Resumen

Un conjunto de informaciones resultantes de una investigación sobre la economía baiana en el siglo XX, cuyos resultados deberán ser divulgados en 2007, conduce a la conclusión de que factores históricos condicionan, a partir del siglo XIX, el desarrollo de Bahía, aquí entendido como un estadio de mayor equilibrio en la distribución de la renta y de disminución de los desniveles sociales. De esa conclusión, se desenvuelve la tesis de que los condicionantes de la pobreza que afecta a la mayor parte de la población baiana y de los desequilibrios regionales de producto y renta son una consecuencia del proceso de acumulación capitalista y de las formas asumidas por la división internacional del trabajo, constituyendo un elemento esencial para el progreso de otras regiones como, en el caso, la región Sudeste de Brasil. De esta manera, no interesa a las clases dominantes la modificación de ese estado de cosas, por contrariar la propia lógica del proceso de acumulación capitalista y los principios que gobiernan un mundo dominado por la globalización según una ética económica neoliberal.

Palabras-clave: Bahia. Desarrollo baiano. Desarrollo regional. Historia económica de Bahia. Economía regional.

Introdução

A Bahia convive com duas realidades no plano socioeconômico. A primeira é reportada da seguinte forma pelo Secretário de Planejamento do Estado:

Quem analisar as contas nacionais do Brasil nos últimos dois anos vai verificar que, na corrida do crescimento econômico, a Bahia está mais para Schumacher do que para Barrichello. O bólido conduzido pela economia baiana, que hoje ocupa a sexta posição no pódio dos maiores produtores nacionais, aproxima-se cada vez mais do carro do Paraná, que ainda detem a quinta posição. Não se trata de ufanismo barato, mas da avaliação de números fornecidos pelo SEI/IBGE. A taxa de crescimento acumulado do PIB baiano, entre 2003 e 2004, foi de 12,8%, mais do dobro dos 5,5% verificado no país. No mesmo período, a taxa de crescimento acumulada da economia paranaense foi de 7,7%. Já a taxa de crescimento média da economia baiana, no período de 2002/2004, foi de 6,2%, bem superior a do Paraná de 3,8% e o dobro da verificada no país. A Bahia vem crescendo mais que o Brasil em todos os segmentos da atividade econômica, mas, na área industrial, o incremento foi extraordinário. O crescimento acumulado na indústria baiana nos anos de 2003 e 2004 foi de 19,6%, seis vezes mais que o crescimento industrial do país (AVENA, 2005).

A segunda realidade, como a outra face de uma moeda, contradiz totalmente a notícia otimista citada no parágrafo anterior. Para constatá-la, basta que sejam consultados os

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona – Espanha. Coordenador do Curso de Ciências Econômicas e professor do Mestrado em Análise Regional da Universidade Salvador (Unifacs).

“ ... a Bahia
apresentava, em
1999, um índice de
pobreza de 36,5%
contra 7,2% em São
Paulo... ”

indicadores sociais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Segundo Alban (2005), referindo-se aos dados destes organismos, a Bahia apresentava, em 1999, um índice de pobreza de 36,5% contra 7,2% em São Paulo e 20,1% no Brasil. A taxa de analfabetismo era de 24,7% contra 6,2% em São Paulo e 13,3% no Brasil. Dados recentemente divulgados pelo IBGE apontam Salvador como a segunda capital mais pobre do país, superada apenas por Teresina. Ainda segundo Alban (2005):

Essa [...] realidade é percebida nos indicadores de desenvolvimento humano [...] a Bahia embora ganhando, na última década duas posições no ranking do IDH municípios, permanece entre os 10 piores IDHs do país, juntamente com os demais estados nordestinos e o Acre. Importante observar que isso acontece em todos os três sub-índices do IDH: renda per capita, escolaridade e longevidade. Assim, também em termos de desenvolvimento humano, a Bahia apresenta um resultado muito aquém do desenvolvimento econômico-industrial.

Essa contradição entre crescimento e desenvolvimento econômico, que se torna cada vez mais evidente e que o próprio governo estadual já não esconde e procura incessantemente desfazer, merece cada vez mais exame e discussão na busca de soluções, se é que estas existem.

Neste artigo aborda-se a questão mediante um enfoque histórico, divulgando-se trechos da pesquisa sobre o desempenho da economia baiana no século XX que está sendo realizada pelo autor.

A primeira parte examina de forma sintética o desempenho da economia baiana no século XIX, quando se estruturaram as bases condicionantes da problemática atual. A segunda parte aborda aspectos do famoso e sempre presente *enigma baiano*, identificado por Octavio Mangabeira em 1946 (que não parece tão enigmático ao se admitir a fatalidade da dinâmica do processo de acumulação capitalista), fazendo uma análise periodizada do desempenho da economia estadual no século XX. Conclui-se o artigo demonstrando que o enigma ainda permanece, sinalizando para um futuro de graves desafios, a partir de uma visão alicerçada pelo contexto de globalização da economia mundial e pelo cenário de degeneração ética e moral que constitui uma endemia de difícil erradicação no país.

A economia baiana no século XIX

A atividade industrial no Brasil remonta ao século XVI, fundada na produção do açúcar pelos engenhos que se implantaram nas diversas capitanias, contando-se, em torno de 1573, 23 em Pernambuco e 18 na Bahia num total de 60 espalhados pela colônia (LIMA, 1961, p.102)².

Enquanto produzia açúcar, estava a colônia sintonizada com a metrópole portuguesa. Tudo se complicou quando começaram a prosperar atividades vinculadas a produção de tecidos, fabricados no Pará, Maranhão, Ceará, São Paulo e posteriormente em Minas Gerais. De tal modo se desenvolveram e prosperaram estas atividades que, em alguns luga-

res, chegou-se a fazer tecidos tão finos que se exportavam para fora da capitania (LIMA, 1961, p.153).

Foi a produção de tecidos que deu origem ao famoso alvará de 5 de janeiro de 1785, proibindo a existência de fábricas no Brasil e mandando fechar as que existiam. Inaugurava-se a primeira medida política de (des)industrialização em nossas plagas, favorecendo à Inglaterra, cujo sistema imperialista passava a dominar econômica e financeiramente a colônia portuguesa até o final do século XIX.

A Bahia, além dos engenhos de açúcar, já desenvolvia, desde os tempos de Tomé de Souza, uma promissora indústria naval e, nos meados do século XVII, a indústria de óleo de baleias que empregava, na ilha de Itaparica, 420 trabalhadores (LIMA, 1961, p.185-215). Essas atividades também foram atingidas pelo alvará de D. Maria I.

Em 1808, com a abertura dos portos, e em 1810³ com os tratados que transformam a Inglaterra em potência privilegiada⁴, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais, funda-se no Brasil o sistema liberal e assume-se a segunda medida de política econômica que define praticamente a matriz do nosso subdesenvolvimento.

Essas medidas são complementadas com o acordo de 1827 e a eliminação do poder pessoal de D. Pedro I, em 1831, o que consolida o controle da classe dominante formada pelos senhores da grande agricultura de exportação (FURTADO, 1959, p.115).

Para Furtado, a solução do nosso problema de crescimento econômico

² As informações sobre o número de engenhos no período colonial, notadamente nos séculos XVI e XVIII, variam bastante segundo os autores. Gandavo informa que havia 18 engenhos na Bahia em 1572. Doze anos depois Gabriel Soares de Souza relacionou 36. Frei Vicente do Salvador indicou a existência de 50 nos inícios do século XVII. O padre Simão de Vasconcelos registrou 69 em 1663. O engenheiro João Antonio Caldas encontrou 126 em 1759 e Luís dos Santos Vilhena escreveu que eram 260 nos finais do século XVIII. Só evoluíram tecnicamente, com o primeiro engenho a vapor no século XIX (TAVARES, 2001, p.194)

³ Segundo Simonsen (1944), pelo tratado de 1810, eram concedidas alíquotas preferenciais de 15% aos produtos ingleses, sendo os produtos portugueses taxados em 16% e os dos demais amigos em 24%.

⁴ As condições contidas na convenção de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole era consagrada na nossa esfera econômica e era mesmo imprudentemente consignada como perpétua. A ausência de reciprocidade era absoluta em todos os domínios; era, aliás, difícil de estabelecer, visto a ausência de artigos de necessidade comparável para o consumo: os produtos manufaturados eram mais necessários ao Brasil que as matérias-primas brasileiras à Inglaterra. A desigualdade manifestava-se ainda na importância que as exportações representavam para cada um dos países produtores, a Inglaterra constituindo o mercado quase único para o Brasil, enquanto aquele país repartia o seu interesse entre países numerosos. (Hypólito José da Costa, apud Simonsen, 1944).

co passaria necessariamente pelo crescimento das exportações e geração de *superávits* em nossa balança comercial. Porém, de acordo com Pelaez (1976), em virtude da baixa elasticidade-renda e de preço da procura, os preços das exportações de produtos primários caíram em longo prazo. Por outro lado, por causa da existência de mercados monopolistas e sindicatos poderosos nos países industriais, os preços dos produtos manufaturados importados pelas regiões atrasadas permaneceram rígidos, isto é, não declinaram durante as contrações econômicas.

Como resultados dessas duas características estruturais – preços e receitas de exportação de produtos primários em declínio e preços rígidos de produtos manufaturados – as relações de troca dos países produtores de bens primários agravaram-se durante todo o período de crescimento acelerado do comércio internacional no século XIX. Nesse contexto, destacam-se os benefícios resultantes do progresso tecnológico conquistado pelos países mais desenvolvidos, que consistiram no aumento dos rendimentos dos produtores e no declínio dos preços pagos pelos consumidores. Os países industriais desfrutaram o melhor de dois mundos, recebendo rendimentos crescentes como produtores de bens manufaturados, cujos preços não declinaram, e consumindo produtos primários, cujos preços caíram através do tempo. Assim os países industriais colheram todos os benefícios do progresso tecnológico e da divisão internacional do trabalho. O padrão contemporâneo de países ricos e pobres no mundo consolidou-se, definitivamente, no século XIX.

Uma característica importante da economia baiana, notadamente no século XIX, é a sucessão de ciclos de longa e média duração (MATTOSE, 1992, p.571) nos quais esta vivenciou períodos de progresso e de crises das suas principais atividades agroindustriais ligadas ao comércio exterior, como o açúcar, o algodão, o tabaco e o cacau, numa situação que perdura até os dias de hoje, em que as *commodities* agrícolas foram substituídas por outras de procedência industrial.

Almeida (1977), fazendo um balanço do século XIX, demonstra que, numa curva de longa tendência, a economia baiana apresentou um período de expansão no início do século, retração nas décadas de 1820 e 1830, recuperação entre os anos 1840 e 1850, logo interrompida, ligeira recuperação na década de 1860, para em seguida declinar com a guerra do Paraguai e somente registrar nova alta a partir de 1890. A sucessão de crises da economia baiana não correspondeu às crises da região Sudeste: em verdade a Bahia foi-se recolhendo no tempo (ALMEIDA, 1977, p.75).

Detalhando alguns aspectos desta flutuação cíclica, mediante uma análise periodizada do comportamento da economia baiana no século XIX, observa-se que, até 1823⁵, com a independência do Brasil, a Bahia vivenciou um ciclo de prosperidade, com os sucessivos governadores, desde o marquês de Aguiar até os condes dos Arcos e da Palma, estimulando a economia e tomando medidas de ordem pública que melhoraram o potencial atrativo da sua praça e a feição urbana de Salvador.

Em 1811, o vice-rei do Brasil, Dom Marcos de Noronha e Britto, oitavo conde dos Arcos de Val de Vez, atendendo aos anseios dos empresários locais, criou a Associação Comercial da Bahia⁶. Em 1815, foi introduzida a primeira máquina a vapor no Engenho Inguaçú, em Itaparica, (NASCIMENTO, 1997, p. 23).

Nessa época, ocorreu a instalação e a modernização de fábricas, de

instituições de crédito, da escola de medicina, do curso de contabilidade e geografia. Ampliou-se o incentivo à agricultura do açúcar e a novas plantações, foram construídas estradas para o interior, abertos jornais e introduzida a navegação a vapor na costa e nos grandes rios da província. A Bahia participava, de forma expressiva, da produção e da exportação de açúcar⁷, do tabaco⁸, do algodão⁹ e de outros produtos de menor peso em sua balança comercial. Os escravos, em 1810, somavam, só em Salvador, 25 mil, com os navios repondo anualmente, no porto, acima de oito mil novos braços para a lavoura e as atividades domésticas e urbanas (CALMON, 1978, p. 56).

Contudo, a guerra da Independência abortou o ciclo de crescimento dos vinte primeiros anos do século XIX, cobrando um elevado preço à Bahia, em virtude da criação e das despesas logísticas de um exército improvisado, com mais de 13 mil homens em armas. Fortunas foram consumidas e muitas fazendas arruinadas, lançando na miséria famílias outrora abastadas.¹⁰

Vários outros eventos marcaram os períodos de crise cíclica, dificultando o processo de crescimento econômico da Bahia no século XIX. Destacam-se, entre estes, as rebeliões como a dos Malês (1835) e da Sabinada (1837), o cólera (1855), a guerra do Paraguai (1865), a abolição da escravatura (1888), além das secas que permearam todo o século¹¹.

⁵ A Bahia só se tornou independente em 2 de julho de 1823.

⁶ Vários historiadores dão o ano de 1840 como sendo o da fundação da Associação Comercial da Bahia. Porém a própria entidade, no seu site (www.acbahia.com.br), afirma que a data correta foi 15 de julho de 1811.

⁷ Segundo Calmon (1978), as exportações de açúcar atingiram 29.288 toneladas em 1821. Essas exportações sofrem uma redução de 79%, caindo para 6.163 toneladas em 1823, como consequência da guerra da Independência.

⁸ Segundo Almeida (1952), a produção do fumo atingiu 800 mil arrobas (12 mil toneladas) em 1821, constituindo a grande moeda de troca nas importações dos negros da África. Nascimento (1997) informa que no período de 1891/1898 estavam registradas na Junta Comercial da Bahia 15 fábricas de charutos, sendo que 12 localizadas no Recôncavo.

⁹ Segundo Calmon (1978), em 1821 foram exportadas 2.800 toneladas de algodão. Em 1823 as exportações deste produto foram reduzidas em 80%, caindo para 565 toneladas.

¹⁰ Há que se registrar também a substancial evasão de recursos que voltaram para a Portugal com a fuga de um número significativo de ricas famílias de comerciantes portuguesas, após a derrota das tropas do General Madeira de Mello.

¹¹ Segundo Spinola (2000) foram de seca, no século XIX, os anos de 1809, 1819, 1823, 1824/1825, 1833/1834, 1843/1845, 1857/1861, 1877/1879, 1896/1898 e 1898/1900.

“ O açúcar,
carro-chefe da
economia baiana,
sofreu um lento e
irreversível processo
de declínio... ”

No plano da indústria de transformação, as primeiras fábricas de tecido surgiram na Bahia ainda na década de 1830 (SAMPAIO, 1975, p. 50). Segundo Calmon (1978), não obstante as adversidades, presenciou a Bahia, de 1840 a 1846, o reaquecimento da sua economia, com a formação da *Companhia para Introdução e Fundação de Fábricas Úteis na Província da Bahia*, seguida pela implantação de unidades produtoras de papel e de novos engenhos. Em 1842, descobriram-se diamantes na chapada Diamantina (então chapada Grande). Porém, em 1846, as fábricas de tecidos de Valença e os engenhos da Conceição e do Queimado entravam em crise, indicando o fim do breve interregno de expansão dos negócios.

Como assinalam Furtado (1959) e Sampaio (1975), a política tarifária praticada no século XIX baseou-se preponderantemente na taxaço dos produtos importados. Controlando politicamente o governo os grandes proprietários de terras lançavam sobre o conjunto da população o ônus pela sustentação da máquina pública.

Em 1844, com a expiração dos prazos estabelecidos pelos diversos tratados comerciais, foram editados pelo governo imperial onze “pacotes” tributários. Todos compreenderam tarifas incidentes sobre as importações. De forma geral, a política fiscal atendeu ao *lobby* dos grandes proprietários rurais e comerciantes interessados na manutenção de uma política antiprotecionista, prejudicando claramente os interesses da classe industrial. A tarifa Silva Ferraz, de 1860, por exemplo, prejudicou a metalúrgi-

ca da Ponta da Areia, de Mauá, forçando o seu fechamento (SAMPAIO, 1975, p. 23-26).

Em 1845 surge o Banco Commercial da Bahia, considerado um banco emissor (CALMON, 1978, p. 83), seguido por diversas outras instituições com poder de emissão de moeda, entre elas a Sociedade Mercantil da Bahia (Caixa Hipotecária), o Banco Hipotecário da Bahia, a Caixa Commercial da Bahia e a Caixa de Reserva Mercantil, todos de curta duração, não atingindo o final do século. Nas décadas seguintes, outras instituições financeiras também foram criadas, mas também não conseguiram sobreviver, com exceção do Banco Econômico da Bahia e do Banco da Bahia, que só em 1890 recebem tais denominações.

Segundo Sampaio (1975), os empréstimos externos, concedidos à Bahia entre 1824 e 1852, foram destinados à cobertura de *déficits*, dívidas flutuantes e amortizações. Os obtidos entre 1858 e 1889 foram, em grande parte, destinados a investimentos, notadamente a construção de ferrovias.¹²

Em 1855, uma epidemia de cólera matou na Bahia 29 mil pessoas e a seca de 1857-1861 afetou drasticamente a economia agrícola do interior da província, repercutindo os seus efeitos até o litoral, prejudicando consideravelmente o comércio exterior. Entretanto, a partir de 1862, a lavoura, notadamente a do algodão, se recupera como decorrência da melhora das condições climáticas e do benefício indireto da eclosão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, cujo mercado passou a ser disputado por muitos países, inclusive o Brasil, particularmente a Bahia.

A prosperidade provocada pela Guerra Civil americana encerrou-se em 1864, quando começaram as provações decorrentes da contribuição baiana para a Guerra do Paraguai, visto que, nos quatro anos seguin-

tes, enviaria para frente de batalha cerca de 19 mil soldados.

Com o fim do conflito, registrou-se, na década de 1870, a abertura de novas vias de transporte para o interior, notadamente as estradas de ferro¹³, cujos trilhos, partindo de Salvador, alcançaram os rios São Francisco e Paraguaçu. Ocorre também nesta época o melhoramento do porto da capital e da navegação a vapor.

No período compreendido entre 1888 e 1910, a balança comercial baiana passou à condição superavitária, não conseguindo, entretanto, reverter uma situação de atraso consolidada em um século de desacertos neste campo. A abolição da escravatura agravou os nossos problemas econômicos, pois desorganizou as bases produtivas das lavouras.

Em sua mensagem à Assembléia Legislativa da Bahia, no ano de 1903, dizia o governador Severino Vieira: “os embaraços, que mais poderosamente têm obstado todo o esforço da administração em alcançar a normalidade das finanças do Estado, têm por causas originaes a depreciação dos nossos productos nos mercados consumidores e sua desvalorização em consequencia da elevação da taxa cambial” (sic). Como se pode verificar da Tabela 1, o *ranking* dos produtos agrícolas que maior riqueza geraram nos últimos dez anos do século XIX apresentava a seguinte posição: em primeiro lugar, o fumo, em segundo, o cacau, em terceiro, o café, em quarto, a piaçava e em quinto, açúcar.

O açúcar, carro-chefe da economia baiana, sofreu um lento e irreversível processo de declínio no transcorrer do século. Segundo Almeida (1977), dois fatores contribuíram para a decadência desta cultura. O primeiro refere-se à evasão da mão-de-obra escrava como decorrência da atração exercida pela mineração do ouro, a partir do século XVIII, e o segundo está associado com a elevação dos

¹² Segundo o Governador Luiz Vianna (1900), a dívida consolidada externa da Bahia em 1899 era de 17.205.000 francos “que ao câmbio de 27 por mil réis, importava em 6.973:365\$000. Uma constante nos relatórios de todos os governadores é a queixa contra a asfixia financeira do estado provocada pelo pagamento de juros e principal das dívidas passadas de gestão em gestão e que eram garantidas pela caução da receita tributária estadual.

¹³ Existiam e trafegavam em 1895 oito ferrovias, com a extensão total de 1.248 km, extensão esta que se ampliou para 2.669 km. em 1930 (TAVARES, 2001, p.369).

Tabela 1
EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DA BAHIA (1889 - 1900) – VALORES EM RS

Anos	Fumo ¹	Cacau	Café	Piçava	Açúcar
1889	2.772:267\$819	1.136:630\$000	3.160:233\$640	1.568:616\$881	-
1890	1.354:845\$176	1.429:582\$134	6.134:991\$049	1.158:808\$793	-
1891	5.364:622\$462	2.987:701\$884	6.507:526\$573	2.358:292\$688	-
1892	4.559:083\$123	2.474:470\$407	4.116:374\$368	1.392:787\$737	381:708\$930
1893	10.458:042\$046	5.592:382\$404	22.356:550\$730	1.078:371\$264	2.090.864\$412
1894	5.522:536\$198	5.200:110\$304	13.463:390\$011	637:124\$163	805:818\$325
1895	7.485:469\$768	4.388:004\$840	17.217:121\$835	508:330\$881	139:816\$870
1896	7.817:525\$958	5.999:296\$246	11.752:758\$040	683:131\$800	-
1897	23.844:816\$681	7.967:262\$370	10.839:126\$660	986:170\$550	914:480\$700
1898	30.476:968\$632	13.973:179\$600	12.985:157\$610	923:534\$550	1.815.522.300
1899	18.442:522\$480	13.015:795\$090	7.561:159\$135	812:771\$100	400:708\$110
1900	17.299:523\$872	15.913:966\$010	7.643:361\$180	786:900\$110	1.266:373:300.

Fonte: Mensagem do Governador Severino Vieira apresentada a AGL da Bahia em 7 de abril de 1903. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Nota: Rs 2\$500 = 1/8 de ouro de 22K

¹Inclusive “diversos preparados de fumo”

custos de produção. Destaca também a competição internacional, demonstrando que, já no final do século XVIII, o Brasil participava com pouco mais de 10% do mercado mundial de açúcar. Mattoso (1992) chama atenção para aspectos edafoclimáticos adversos à cultura do açúcar. Afirma que, entre 1809 e 1889, registraram-se 25 anos de secas e 11 anos de chuvas abundantes, o que era incompatível com as necessidades dos solos argilo-arenosos do Recôncavo, o que gerava, conseqüentemente, queda substancial da produtividade dos canaviais.

Outro problema consistia no desgaste dos solos. Abatidas as florestas, os solos do Recôncavo foram explorados como minas: buscava-se extrair o possível com a máxima brevidade (MATTOSSO, 1992, p. 462). Esta autora destaca também a questão dos parcelamentos das propriedades, entre diversos herdeiros, o que reduzia a capacidade de obtenção de escala. A tudo isto se associou a praga que atingiu os canaviais a partir de 1873..

O cacau somente a partir da década de 1920 assume a posição de carro-chefe da economia agrícola estadual fundando, por longo período, a prosperidade do sul da Bahia, notadamente das cidades de Ilhéus e Itabuna, responsáveis, até bem pouco, por mais de 60% das exportações estaduais, embora sofrendo os efeitos de danosas políticas do governo federal, da persistente tendência à

deterioração do câmbio, das pragas dos cacauais e da imprevidência dos produtores em relação às oscilações dos preços no mercado externo¹⁴.

Um balanço do final do século XIX, realizado por Góis Calmon (1978), indicava que a Bahia, a despeito dos ciclos de ascensão e queda da sua economia comercial e agroexportadora, contava com 123 fábricas em atividade, sendo predominantes 12 grandes unidades de tecidos da capital e do Recôncavo¹⁵; 3 de chapéus; 2 de calçados (uma das quais, da Companhia Progresso Industrial, empregava 800 operários em Plataforma); 5 alambiques; 12 fábricas de charutos e 4 de cigarros; 5 fundições de ferro, bronze e outros metais; 9 grandes engenhos centrais de açúcar; 7 fábricas de móveis e serrarias; 2 de chocolate; 2 de cerveja; 10 de sabão e sabonetes; 6 de velas; 50 de massas alimentícias; além de outras de camisas, rapé, gelo, óleos vege-

tais, biscoitos, pregos, luvas finas, fósforos etc.¹⁶

Na capital, 64 firmas importadoras, 11 exportadoras (em sua maioria de capital estrangeiro) e trinta casas de negócios em comissão compunham o comércio atacadista, fornecendo toda sorte de produtos a 964 firmas de varejo

Mas o desenvolvimento industrial da economia baiana no século XIX somente ocorreria, pelo menos em termos de um desenvolvimento auto-sustentado, se as suas exportações se expandissem de forma substancial gerando superávits que viabilizassem o poder de compra das importações. Entretanto, isso não ocorreu¹⁷.

Também as limitações de um mercado interno incipiente, produzido por um sistema não-monetário de base escravagista, a carência total de suporte tecnológico¹⁸, a perda da representatividade política a partir da primeira república e o domí-

¹⁴ A riqueza produzida pelo cacau não se reverteu em benefícios tanto para a região produtora quanto para o estado, pois grande parte do valor adicionado gerado por esta cultura foi transferida para o Sudeste.

¹⁵ Segundo Stein (1957), existiam na Bahia, em 1875, 11 fábricas de tecidos, o que correspondia a 37% do total existente no país. Uma década depois este número se eleva para 12, mas a participação no total do país declina para 25%. Observe-se que, nessa época, S. Paulo possuía apenas 9 fábricas. Apesar de esses números terem sido citados em Sampaio (1975), este pesquisador trabalha com um número de 10 empresas que se fundiram em 5 sociedades por ações entre 1887 e 189. Quanto ao porte, essas fábricas eram pequenas se comparadas a similares existentes à época na Europa e na América do Norte. Contudo, para a Bahia e o Brasil, constituíram grandes fábricas (SAMPAIO, 1975, p.53).

¹⁶ Existem controvérsias quanto a este número. Tavares (1966), numa relação de atividades bastante genérica, relaciona 331 indústrias e profissões para o estado como um todo e 86 indústrias em Salvador. Azevedo (1975) por seu turno, relaciona 142 indústrias em 1892.

¹⁷ Segundo Sampaio (1975) a balança comercial baiana foi deficitária entre 1823 e 1860, já Mattoso (1992), estende este período até 1887.

¹⁸ Uma deficiência crônica da Bahia, vigorante até os dias atuais.

nio do capital agrário-mercantil que comandou o estado até a metade do século XX e que não se inclinava para as atividades manufatureiras, saciando-se as elites locais com o consumo perdulário dos produtos importados da Europa, condicionou e limitou os efeitos das iniciativas que objetivavam a promoção do desenvolvimento da Bahia, contribuindo decisivamente para a gradativa perda da sua importância no cenário econômico do país

O curto século XX: a persistência do enigma

Pelo que foi demonstrado, o século XIX sinalizou claramente a perda de competitividade da economia baiana *vis-à-vis* outras regiões do país, notadamente as do Sudeste. No seu encerramento, existiam no Brasil 903 estabelecimentos industriais, sendo 123 na Bahia, isto é, uma participação de 14%. Observe-se que, no período de 1875-1890, contava a Bahia com quase a metade das fábricas do país (SAMPAIO, 1975, p. 28). No caso específico da indústria têxtil, possuía a Bahia, em 1866, 56% das fábricas existentes no país; em 1885, esta participação é reduzida para 40%.

A primeira metade do século XX é marcada pela estagnação econômica. Neste sentido, Tavares (1966)¹⁹ registra uma relevante diferenciação entre os avanços obtidos pelo estado na conformação dos seus sistemas de transportes e energético, no crescimento demográfico, na balança comercial externa, na receita tributária, na melhoria urbana da capital e em muitos outros aspectos e a redução da importância da indústria, comparativamente ao desempenho do final do século XIX, quando tudo levava ao “prognóstico de que a velha província manteria destacada posição no evoluir da indústria no país” (p.5).

A partir de uma pesquisa em fontes diversas e dos dados censitários de 1920 a 1940, o autor constatava então “uma impressionante estagnação nas indústrias têxtil e fumageira e, doutra parte (...), o desaparecimento do leque de empresas manufatureiras que se abria multicolorido de

esperanças naqueles primeiros anos da República” (TAVARES, 1966, p.4). Este fenômeno, que Octávio Mangabeira definiu como “o enigma baiano”,²⁰ comprovava-se quantitativamente, como foi observado por Almeida (1977):

[...] a participação da Bahia no total da indústria nacional, apurada no Censo de 1920, em capital aplicado (3,5 %), força motriz (4,0%), operários (5,7%) e produção (2,8%), caiu no censo de 1940 para, respectivamente, 1,9; 2,3;3, e 1.3 % (ALMEIDA, 1977).

Os estudos de Tavares e Almeida apontam não apenas os dados que indicam o processo involutivo da industrialização estadual até os anos 50, mas estendem-se na busca das suas causas e das suas possíveis soluções, já em um cenário (o pós-guerra) em que a perspectiva do planejamento econômico começava a evidenciar-se como o elemento estrutural capaz de indicar os meios para a superação da escassez dos recursos de capital e a dinamização das atividades produtivas pelo uso racional das riquezas e da força de trabalho. No dizer de Tavares (1966),

[...] estamos para advertir não propriamente uma involução, mas antes a verificação de que as empresas manufatureiras criadas não cresceram em virtude do sistema econômico baiano, estruturalmente agrário-mercantil. Com uma tal premissa, além de constataremos os pontos de estagnação comuns ao desenvolvimento industrial de todo o Brasil – falta de capitais, carência de força motriz, pobreza de mão-de-obra técnica, deficiência do mercado interno –, salientamos a subordinação das empresas industriais baianas às grandes firmas comerci-

ais, através do mecanismo da consignação. (TAVARES,1966, p. 5).²¹

Também Almeida (1977) cita como razões principais para o fato de o desenvolvimento da indústria no Sul não encontrar paralelo na Bahia:

[...] o ritmo fraco de capitalização devido à decadência política da Bahia na república, feito e novamente causa, as dificuldades de transportes e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial baiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração.²² (ALMEIDA, 1977, p. 72).

Indo mais além, Almeida (1977) reflete que essas causas, intimamente relacionadas entre si, ainda o são com um outro fator, qual seja, a falta de interesse dos ricos comerciantes da terra nos empreendimentos da produção: “não tinham tirocínio industrial e, com isso, o espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se (...), enquanto a indústria evoluía noutras partes”. (ALMEIDA, 1977).²³

Por seu turno, Mariani (1977), em exposição aos oficiais da Escola Superior de Guerra, em fins dos anos 50,²⁴ sintetiza e amplifica as considerações dos autores citados no seu diagnóstico da economia estadual.

Mariani chama a atenção para a situação privilegiada da Bahia nos séculos iniciais da colonização e a sua posterior decadência econômica. Em seu entendimento, os primórdios dessa decadência originam-se no século XIX quando se inicia a crise da cultura do açúcar com os reflexos negativos em nosso comércio

¹⁹ O problema da involução industrial da Bahia, publicado originalmente em 1963.

²⁰ Para enfrentar o problema Mangabeira determinou a Ignácio Tosta Filho a realização de estudos que culminaram com a elaboração do Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia publicado em dezembro de 1948, dez anos antes do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Plandeb) elaborado sob a liderança de Rômulo Almeida.

²¹ Os grifos são nossos.

²² Idem.

²³ Até os dias atuais discute-se a ausência de vocação empresarial industrial na Bahia, o que tem levado à política de atração de empresários de outras regiões o que nem sempre tem produzido os resultados esperados.

²⁴ Divulgada sob o título de Análise do problema econômico baiano. Neste documento, Mariani, contribui para o estabelecimento das linhas desenvolvimentistas do Estado no marco dos anos 60 em diante, a partir da tese do planejamento governamental.

“... o monopólio do câmbio, iniciado com a Revolução de 30 e mantido sob formas diversas, representou uma perfeita espoliação dos recursos da Bahia...”

exterior, acelerando-se com o fim da escravatura. Acreditava, contudo, que, com a nova lavoura do cacau, a economia estadual recuperava-se, ensejando a realização de várias obras de infra-estrutura. A Revolução de 30 (que chama de madastra)²⁵ interrompeu o processo, notadamente pela adoção de uma política cambial desfavorável à Bahia. Mariani detém-se também no exame da política econômico-financeira oficial do pós-guerra, concluindo que o monopólio do câmbio, iniciado com a Revolução de 30 e mantido sob formas diversas, representou uma perfeita espoliação dos recursos da Bahia, em benefício do governo federal que, desse modo, obteve as divisas baratas, para atender às suas necessidades administrativas, ou mesmo à sua política econômica, geralmente traçada com absoluta insensibilidade para com o interesse do estado e da sua população.²⁶

Aguiar (1972), em trabalho dos anos 50, intitulado *Notas sobre o enigma baiano*, também responsabilizava, entre outros fatores que contribuíam para a estagnação da economia baiana, o desgaste do intercâmbio comercial interno com a política cambial vigente no país, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços dos produtos exportados para os outros estados e das mercadorias deles importadas; a escassa capacidade de poupança, decorrente destas causas e o reduzido estímulo aos investimentos, em virtude de tais variáveis.

A segunda metade do século XX também comporta uma análise periodizada. O primeiro período pode ser datado entre o final dos anos 1950 e meados da década de 1960, a partir de quando começam a surtir efeito as medidas de política econômica adotadas após o movimento militar de 1964.

Contribuíram para o desenvolvimento industrial do estado, nesse período, alguns investimentos significativos, na construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, da Refinaria Landulpho Alves – Mata-ripe (RLAM), na criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No terreno das idéias, é de se registrar a efervescência intelectual da década de 1950, que culminou com a edição do Plandeb, a criação da CPE, etc.

Nesse período, o parque industrial que se desenvolveu estava concentrado no segmento das indústrias tradicionais, entre as quais se destacavam as das classes de produtos alimentares, têxtil, fumo, couros, peles e similares. Essa indústria estava vinculada à base agrário-exportadora da Bahia e dependente das relações deste setor com o mercado internacional.

Financiada pelo capital-mercantil, operava com baixa renovação tecnológica e comprando tecnologia pronta ou utilizando aquelas de domínio público, dependentes apenas do *know-how* para o diferencial mercadológico. Em termos de comercialização da produção, tinha o seu tamanho e condições de expansão e de escala limitadas pela fragilidade do mercado regional.

Essa indústria não resistiu ao esforço modernizador da economia brasileira, deflagrado com o *Plano de metas*, em 1956, e gradativamente perdeu espaço para os competido-

res do Sudeste, como foi o caso das fábricas de tecidos que compunham o parque têxtil, nas décadas de 1930/1950.

Segundo Pedrão (1996):

Um aspecto fundamental da industrialização da Bahia, que qualifica as perspectivas de desenvolvimento industrial nos próximos anos, é a escassa participação do Estado no tipo de industrialização que é geralmente identificado no Brasil com a substituição de importações. Uma análise retrospectiva permite observar que, no período marcado pela predominância do mecanismo de substituição de importações como elemento motor da industrialização brasileira, basicamente de 1946 a 1967, a expansão da indústria na Bahia em seu conjunto foi um movimento tímido, que se limitou a incorporar alguns projetos industriais de pequeno e médio portes, com tecnologia equivalente ou inferior à média da produção nacional em cada caso.

Esta ausência da substituição de importações teria tido efeitos negativos a médio prazo – portanto, sobre a situação atual – que devem ser cuidadosamente examinados. O atraso da Bahia no processo de substituição de importações manifestar-se-ia na pouca diversificação de seu parque industrial e, mais tarde, explicaria as razões da elevada concentração dos programas industriais. Observa-se, por exemplo, que a participação do setor industrial no produto bruto do Estado passou de 10,5% em 1939, sucessivamente, a 6,8% em 1947, a 13% em 1957, voltando a 7,6% em 1967, justamente quando se supõe que a substituição de importações no Brasil já estava em declínio. Ao que tudo indica, esta pouca participação na substituição de importações estaria vinculada com as condições de desenvolvimento do sistema financeiro na região e com as transformações na própria estrutura da empresa, afetando as operações financeiras, bem como as industriais (PEDRÃO, 1996, p. 76-77).

²⁵ O fato é que Getúlio Vargas, buscando modernizar o estado e acabar com a força do “coronelismo”, marginalizou toda a oligarquia baiana, nomeando para governar a Bahia interventores completamente estranhos ao establishment político local.

²⁶ Segundo Baer (1996, p. 297) O superávit de exportações do Nordeste para o exterior resultante da industrialização centrada no Sudeste – o primeiro sendo obrigado a comprar do segundo sob relações de troca menos favoráveis – implica uma transferência de renda da região mais pobre do país para a mais rica...No período de 1948 / 1960 foram transferidos mais de US\$ 413 milhões de capital...O sistema cambial representou uma carga adicional para a economia do Nordeste.

Em síntese, o que ocorreu nesse período foi que a expansão industrial baiana continuou carente de um impulso predominante que rompesse com o esquema de economia regional estagnada, característico do período de 1920 a 1950, que tantas inquietações provocou na intelectualidade e nos governantes baianos. A ampliação do parque industrial entre 1950/1964 não foi suficiente para sustentar a “decolagem” a partir do aproveitamento significativo das matérias primas regionalmente disponíveis.

O segundo período do processo de industrialização da Bahia pode ser situado entre o final da década de 60 e o início dos anos 80, quando o Estado experimentou um notável ritmo de crescimento econômico, com as taxas anuais médias de incremento do PIB superiores a 7% a.a., atingindo 11,3%, em 1978, e 11,1% em 1980. Nesse período, quatro fatores influenciaram o desenvolvimento industrial, a saber:

- a) o impacto inicial de uma política de industrialização, fundamentada na construção dos distritos industriais do Interior, do CIA e Copec na RMS, combinada com a atração de investimentos mediante a oferta de externalidades nestes distritos industriais;
- b) o ingresso de substanciais transferências de recursos federais, através do BNDE, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (a fundo perdido) e do Sistema Financeiro de Habitação, o que ativou o mercado regional baiano, dada a realização de um impressionante conjunto de obras de infra-estrutura física e urbano-social, de conjuntos habitacionais e da montagem industrial, notadamente no CIA / Copec, que expandiram consideravelmente a criação de empregos;
- c) a disponibilização de financiamento público preferencial, através do sistema de incentivos fiscais federal e estadual, que promoveu uma transferência considerável de empresas

“ A opção rodoviária implementada coincidiu com o desmonte do sistema ferroviário estadual. ”

da região Sudeste para a Bahia, mesmo que revertida quando do esgotamento do prazo do benefício concedido;

- d) a integração dos projetos baianos com os do governo federal, notadamente no que se refere à petroquímica.

Nesse período, consolidou-se o plano rodoviário federal para o Nordeste, com a pavimentação da BR-116 (Rio-Bahia) e BR-101 (Litorânea). Essas rodovias viabilizaram o modelo econômico regional em construção, assegurando as condições para o escoamento dos intermediários fabricados na Bahia em direção ao Sudeste, e o abastecimento, por este, do Nordeste, com os produtos de consumo final oriundos do seu moderno parque de indústrias. Entretanto, a construção do complexo rodoviário estadual, que possibilitaria a articulação das diversas regiões baianas, produzindo um impacto positivo na integração e expansão do mercado regional, apesar de planejada em 1950, não foi executada.²⁷

A opção rodoviária implementada coincidiu com o desmonte do sistema ferroviário estadual. A desativação da Estrada de Ferro de Nazaré e do Porto de São Roque do Paraguaçu, na baía de Todos os Santos, implicou na desarticulação do sistema de transportes que sustentara a produção têxtil e fumageira esta-

dual. Com isso, ficaram isoladas as bacias do Jaguaribe e do Jiquiriçá, indiretamente desestimulando o crescimento da região Sudeste do Estado, cortando-se a relação interna entre a indústria têxtil e sua região supridora de matérias-primas.²⁸

Contudo, esse período foi o mais importante da história econômica recente da Bahia e o seu movimento de industrialização, segundo a estratégia concebida no Plandeb, foi conduzido pela implantação das principais indústrias dinâmicas do estado, como as da petroquímica (Copec/CIA), as metalúrgicas Usiba, Sibra e Alcan (no CIA) entre outras, produtoras de bens intermediários que, de uma participação da ordem de 43% no valor bruto da produção estadual em 1959, passaram para 80% nos anos 80.

Abstraindo a indústria químico-petroquímica, que gradativamente dominou a economia industrial do Estado, destacavam-se, nesse período, como segmentos altamente promissores, o siderúrgico e, sobretudo, os da metal-mecânica e elétrica.

Entretanto, na década seguinte, o setor siderúrgico acabou não prosperando pela prioridade conferida pelo governo federal aos projetos desse setor implantados na região Sudeste. O mesmo ocorreu com a metal-mecânica cuja limitação, na Bahia, não foi apenas de volume da demanda, mas de sua capacidade de estimular sua renovação e ampliação. Na ausência de uma indústria de bens de capital, como as de veículos ou a naval, com as quais se integrasse em relação de complementaridade, ficou a metal-mecânica em completa dependência da indústria do petróleo. Só podia renovar seu capital e aprofundar sua especialização na medida em que a Petrobras sustentasse suas compras, o que acabou não ocorrendo.

Isto posto, o sistema industrial na Bahia estruturou-se com base no

²⁷ Essa lacuna no plano rodoviário estadual, que persiste até os dias atuais, implica numa séria ameaça territorial para a Bahia, que vê a possibilidade de parte considerável do oeste baiano ser polarizado pelo eixo ferroviário programado pela Ferronorte que ligará o Porto do Itaqui no Maranhão ao Planalto Central.

²⁸ Posteriormente, em 1996, a Rede Ferroviária Federal – Leste Brasileiro, 7ª Região, que atendia ao Estado da Bahia, Sergipe e Minas Gerais, com 1.905 km de linhas, foi privatizada. Atualmente o sistema está inoperante e completamente sucateado (SPINOLA, 2005).

conjunto das vantagens embutidas na oferta de insumos derivados de combustíveis e de uma oferta crescente de energia hidrelétrica que sustentou a articulação operacional do complexo petroquímico. O uso maciço de energia a preços administrados representou um subsídio significativo que operou a favor das empresas petroquímicas, usuárias desses energéticos, comparando-se com a estrutura de custos das demais empresas.²⁹

O terceiro estágio do processo de industrialização da Bahia inicia-se na metade dos anos 80, quando as transformações da economia nacional, nas décadas de 1980 e 1990, refletiram o que tem sido denominado “décadas perdidas” para o desenvolvimento econômico da quase totalidade da América Latina. Na década de 1980, a economia brasileira ficou na dependência dos reajustes impostos pelas duas crises mundiais do petróleo, que funcionaram como indutoras de um reordenamento muito mais amplo dos controles internacionais de mercado, a partir de grandes políticas de gestão energética nos países mais ricos, do controle do consumo de energia e do desenvolvimento da informática.

Com a introdução dos processos de automação e a realização de investimentos maciços em técnicas de conservação de energia e de energéticos, os países mais industrializados deslocaram as condições internacionais de concorrência, abriram novas oportunidades de investimento em renovação tecnológica e, especificamente, nas tecnologias guiadas pela proteção do meio ambiente. Atualizar-se tecnologicamente tornou-se mais caro, para países e empresas, levando os mais ricos a estratégias que evoluíram ao longo desse período, desdobrando-se de diversos modos, no sistema de produção, estabelecendo, conseqüentemente, consideráveis vantagens competitivas *vis-à-vis* os países em processo de desenvolvimento.

Esses fatores obrigaram as empresas a uma reorganização produtiva muito maior que a indicada por suas necessidades de reposição de

capital. Por sua vez, isso determinou um atraso no atendimento de necessidades sociais, acumulando uma dívida pública, externa e interna, que, com os custos sociais da própria política de estabilização, tomou a forma de uma dívida social que se projetou sobre os anos seguintes até a atualidade. Para os países subindustrializados como o Brasil, essa pressão adicional traduziu-se numa ampliação de seu atraso relativo em investimentos em infra-estrutura, limitando sua capacidade de competir em mercados internacionais. A despeito da crise econômica das décadas de 1980/1990, manteve-se a predominância do segmento químico e petroquímico que determinou o perfil da indústria metal-mecânica e elétrica e condicionou, inclusive, as pequenas empresas dos ramos de serviços. Esse parque industrial ganhou dimensões que lhe permitiram substituir a produção cacaueteira como líder da economia estadual. Em 1995, representava 12% do PIB e 25% da arrecadação do estado, com uma produção de 5 milhões de t/ano, representando uns 55% da produção nacional. Gerava cerca de 17 mil empregos diretos e 9 mil indiretos, apesar de ter então caído do patamar de 26 mil empregos diretos e 27 mil indiretos registrados em 1986, segundo os registros da SICM / Sudic.

Em 1996, a despeito do seu valor bruto da produção ter correspondido a apenas 59% do registrado em 1980, as indústrias do pólo petroquímico acusaram resultados favoráveis, apesar da contenção de seus lucros, causada pela elevação dos preços da nafta. As vendas do complexo, em relação a 1995, aumentaram em 6%, permanecendo a Copene como maior empresa da Bahia, com uma receita líquida de R\$ 1,1 bilhão. Suas exportações foram 27% maiores que as do ano anterior. A elevação da capacidade de produção de eteno para 1,1 milhão de t /ano foi concretizada. A privatização desse setor foi marcada por uma intensa atividade dos grupos empresariais na busca de composições acionárias que lhes

“... a elevada mortalidade de empresas, notadamente no Centro Industrial de Aratu – CIA, se deveu, também, à gestão insatisfatória dos negócios...”

assegurassem a sobrevivência e perspectivas de crescimento nos anos subseqüentes do século XXI, o que de fato vem ocorrendo notadamente na expansão em direção a outras regiões do país, como as do cone Sul.

Vale ainda observar que a tentativa de industrialização polarizada na Bahia, de fato realizada na década de 1970, surgiu justamente quando se acelerava o reordenamento mundial da produção industrial, ficando portanto, previamente condenada a um envelhecimento tecnológico precoce, que foi reforçado pela estrutura organizada a partir do sistema tripartite de constituição do capital das empresas e sustentado pelo oligopólio do sistema Petroquímica, que garantiu preços subsidiados de matéria prima (nafta). O peso relativo do valor da matéria prima na composição dos custos dessas empresas, retirado o subsídio, compromete a sua competitividade em um mercado do capital globalizado.

Por outro lado, a elevada mortalidade de empresas, registrada nos distritos industriais da Bahia, notadamente no Centro Industrial de Aratu – CIA, ao longo desse período, não se deveu somente ao encerramento de uma fase de aproveitamento especulativo dos subsídios e dos incentivos fiscais, mas, também, a autênticos problemas de administração de empresas, que vão desde a gestão insatisfatória dos negócios e

²⁹ Cifras do balanço energético estadual para 1993 indicavam que os grandes compradores de energia pagavam preços que equivaliam a um terço dos custos de produção desse insumo.

“... a industrialização na Bahia passou, novamente, a depender diretamente de ajustes na economia nacional...”

da inadequação tecnológica dos processos e equipamentos às dificuldades de financiamento.

Os problemas hoje enfrentados na promoção de novas empresas, sob diversas formas, enfrenta, precisamente, essas questões que ligam a eficácia gerencial com o quadro de financiamento e os usos adequados de tecnologia.

Mas o endurecimento do ambiente competitivo internacional, paralelamente à perda de capacidade de financiamento do Estado, pôs a nu as dificuldades internas, tanto as do próprio setor petroquímico, para subsidiar a indústria polarizada, como problemas de gestão das empresas, decorrentes do desenho institucional e das bases culturais das empresas envolvidas nesse processo. Verificaram-se perdas substanciais de diversas empresas e várias falências, no trajeto, que levaram ao reordenamento da capitalização e da operabilidade do setor.

Entre 1980 e 2000 a indústria baiana sobreviveu num ambiente de mudança de mercado, em que passou de uns 80% de vendas a um mercado interno oligopolizado, a ter que vender proporção equivalente concorrendo no ambiente internacional controlado por produtores de maior porte.

Isso significa que, nesse período, a industrialização na Bahia passou, novamente, a depender diretamente de ajustes na economia nacional em um dos seus setores mais sensíveis, no qual o realinhamento do capital se fez mediante investimentos de alta densidade de capital e alta tecnologia.

Por extensão, isto significa ainda que o perfil da indústria implantada no complexo de Camaçari rapidamente tornou-se parte dos movimentos mais acelerados de concentração de capital no país.

O quarto estágio do processo de desenvolvimento industrial da Bahia começa no alvorecer século XXI com o advento de um parque automobilístico (Projeto Amazon /Ford). Mas ainda é cedo para uma análise, registrando-se apenas a grande esperança que vem despertando no meio técnico governamental.

Conclusão

Quando se discute a questão do desenvolvimento econômico, neste conceito integralmente contidos os resultantes de um processo de redução da pobreza a níveis toleráveis, a erradicação da miséria e o estabelecimento de melhores condições de distribuição da riqueza no conjunto da população, conclui-se que, no alvorecer do século XXI, a Bahia não conseguiu atingir o patamar de desenvolvimento social sonhado pelos seus planejadores e sucessivos governantes.

O conjunto de acontecimentos da nossa história aqui relatado explica o fenômeno com que nos deparamos. Acresce ressaltar a nossa formação humanista nos primórdios da colonização, fortemente influenciada pelos colégios jesuítas, que nos legaram o espírito bacharelesco que dominou as nossas elites dirigentes até, pelo menos a segunda metade do século XX.³⁰ Essa elite, de formação eminentemente jurídica, aliada aos representantes do comércio exportador – importador e aos grandes produtores agrícolas, dominou a máquina governante do império durante todo o século XIX e foi responsável por uma política liberal que abortou todas as possibilidades de uma emancipação manufatureira tanto do Brasil quanto, particularmente, da Bahia, um estado eminentemente agrário até a década de 1960.

Bomfim (1993) não deixa de ter razão quando afirma:

³⁰ Vem daí nossa resistência às atividades manuais, consideradas indignas dos “homens bons” e, conseqüentemente, a nossa dificuldade para o desenvolvimento de manufaturas e tecnologia.

Por toda a América do Sul, o mundo intelectual é feito de bacharéis; o indivíduo é bacharel sem o querer, por força da tradição. Médicos, engenheiro, juristas, críticos, financeiros, guerreiros são todos bacharéis – espíritos puramente livrescos, escravos das fórmulas, guindados às ilusões soporíficas do absoluto. O prestígio dos axiomas, dos conceitos e sentenças é incontrastável, absolutamente tirânico. É fetichismo. Diante de uma fórmula, o indivíduo para, suspende o raciocínio, quebra a resolução, desanima e, dominado pelo respeito à fórmula consagrada, é incapaz de reagir, de avançar para o bonzo, e analisá-lo, para ver o que ali existe de justo e de exato. Portugal explorava o Brasil, e, para garantir uma exploração fácil e completa determinou que a colônia fosse exclusivamente agrícola; assim foi, e a tradição ficou. Um dia, um estadista retórico, cujas idéias políticas eram essas mesmas – do estado colonial – formulou: *O Brasil é uma nação essencialmente agrícola*. Foi o bastante, e assim ficou consagrada a rotina econômica; ninguém teve coragem de tomar esta inépcia, e mostrar quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola. (MA-NOEL BOMFIM, 1993, p.174)

Na prática, não fomos simplesmente uma colônia. Mais que isto, desde o malfadado tratado de Methuen, firmado entre Portugal e a Inglaterra, em 1703, fomos, do ponto de vista econômico, colônia de uma colônia, posto que os portugueses, a partir desta época, abdicaram por eles e por nós, da possibilidade de industrializar-se.

A confirmação desse padrão de dependência econômica e de subdesenvolvimento e a perspectiva da sua irreversibilidade são demonstradas por Arrighi (1997) que, citando Harrod, fala da divisão da riqueza pessoal em dois tipos que estão separados por obstáculos intransponíveis.

O primeiro deles refere-se à riqueza democrática que constitui “um domínio sobre os recursos que, em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade

e eficiência de seus esforços” (ARRIGHI, 1997, p. 216). O segundo tipo é constituído pela riqueza oligárquica que nada tem a ver com a intensidade e a eficiência de quem a possui e nunca está disponível para todos, por mais intensos e eficientes que sejam seus esforços. Isso se demonstra pelo conceito de troca desigual que explica não podermos todos ter domínio sobre produtos e serviços que incorporam o tempo e o esforço de mais de uma pessoa de eficiência média. “Se alguém o tem, isso significa que uma outra pessoa está trabalhando por menos do que ele ou ela deveria controlar, se todos os esforços de igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente” (ARRIGHI, 1997, p. 216). Assim, o uso ou o gozo da riqueza oligárquica pressupõe a eliminação de outros. O que cada um de nós pode realizar não é possível para todos.

Segundo Arrighi, ao transpor-mos esse raciocínio para a análise dos sistemas mundiais (e regionais), numa economia capitalista encontramos um problema de “adição” semelhante e muito mais sério do que aquele que enfrentam os indivíduos quando buscam obter riqueza pessoal. “As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados” (ARRIGHI, 1997, p.217). Como afirma Wallerstein (1988), desenvolvimento neste sentido é uma ilusão. Ou seja, a riqueza dos estados do núcleo orgânico (o chamado *Primeiro Mundo*, em termos globais, a região Sudeste, no caso brasileiro) é análoga à riqueza oligárquica de Harrod. Essa riqueza não pode ser generalizada porque se fundamenta em processos de exploração e de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população num contexto regional.

Por outro lado, como demonstra Santos (1979), ao tratar dos circuitos superior e inferior que constituem os espaços urbanos nas regiões subdesenvolvidas, a pobreza abso-

“ Com todos os percalços a Bahia cresceu economicamente na segunda metade do século XX, mas não se desenvolveu. ”

luta ou relativa dos estados semi-periféricos (Brasil Sudeste em relação ao primeiro mundo) e periféricos (Brasil Nordeste em relação ao Brasil Sudeste) induz continuamente suas elites a participar da divisão internacional do trabalho por recompensas marginais que deixam o grosso dos benefícios para os integrantes dos estados do núcleo orgânico.

Segundo Arrighi (1997) a luta contra a exclusão leva à busca de um nicho comparativamente seguro na divisão internacional do trabalho, o que induz os estados semiperiféricos a uma maior especialização em atividades onde possam obter algum tipo de vantagem competitiva o que leva a uma relação de trocas desigual (deteriorização dos termos de intercâmbio) na qual o estado semiperiférico fornece mercadorias que incorporam mão-de-obra mal remunerada para os estados do núcleo orgânico em troca de mercadorias que incorporam mão de obra bem remunerada e a uma exclusão mais completa dos estados periféricos das atividades nas quais o estado semiperiférico busca maior especialização.

Na luta pela reversão desse estado de coisas, que mobilizou o que tinha de melhor a inteligência econômica baiana, Manoel Pinto de Aguiar, certamente um homem adiante do seu tempo, já dizia, em 1972, que “aqueles Estados que conseguiram, à força de labuta e esforço, uma taxa de crescimento maior que a nossa lutarão certamente para conservá-la. E se a

nossa subordinação econômica for um elemento importante para isto, tentarão mantê-la” (AGUIAR, 1972). Como, de fato, a têm mantido.

Concluindo, volta-se ao enigma. Com todos os percalços a Bahia cresceu economicamente na segunda metade do século XX, mas não se desenvolveu. Agora surge novo debate sobre a questão na medida em que não se pode mais ocultar o quadro de pobreza e de desigualdade social que castiga a maior parcela da população baiana. E surgem propostas, no mínimo exóticas, como a da construção de uma nova capital no centro geográfico do estado como forma de solucionar o enigma que persiste no século XXI³¹. Dará certo?

Referências

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out. / dez. 1972.

ALBAN, Marcus. O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., Salvador, 23 -27 de maio de 2005.

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out. / dez. 1972.

AVENA, Armando. Bahia: um salto na economia. *Correio da Bahia*, Salvador, 24 jul. 2005.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia; uma tentativa de interpretação histórica*. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: CPE, 1978.

³¹ Não será de estranhar se uma proposta desta natureza acabar por ser implementada. Afinal constitui uma grande oportunidade para os grandes empresários capitalistas baianos vinculados ao setor financeiro e da construção civil abrirem novos portais em seus processos de acumulação de capital.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

LIMA, Heitor Ferreira. *Formação industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MARIANI, Clemente. *Análise do problema econômico baiano*. Salvador: Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55 -121, out. / dez. 1977.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB, 1997.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. *A industrialização na Bahia – 1950 a 1990*. Salvador, 1996.

PELAEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN Wilson. *História monetária do Brasil*.

Brasília: Universidade de Brasília, 1976.

RANGEL, Ignácio. *O desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. (Obras reunidas)

SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891 – 1973*. Salvador: UFBA, 1975.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois conceitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1944.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. *Análise da política de localização industrial no desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. 2000. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidad de Barcelona, Barcelona.

STEIN, Stanley J. *The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area – 1850 – 1950*.

Cambridge: Howard University Press, 1957.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: UFBA, 1966.

TOSTA FILHO, Ignácio. *Plano de ação econômica para o Estado da Bahia*. Salvador, 1948.

VIANNA, Luiz. *Mensagem a Assembléia Geral Legislativa da Bahia em 7 de abril de 1900*. Salvador: Typ. do Correio de Notícias, 1900. (Arquivo Público do Estado da Bahia, 2005)

VIEIRA, Severino. *Mensagem a Assembléia Geral Legislativa da Bahia em 7 de abril de 1903*. Salvador: Typ. do Correio de Notícias, 1900 (Arquivo Público do Estado da Bahia, 2005)

WALLERSTEIN, Immanuel. *Development: Iodestar or illusion? Economic and Political Weekly*, Cambridge University Press, v. 23, n. 39, p. 2017-2023, 24 Sept. 1988.



Tenha a sua RDE a um clic do mouse!

Agora, os 10 números da RDE estão disponíveis também em CD.

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RDE

Ligue:
(71) 3273-8557